

DESABAFO DE UMA LIDERANÇA DA TERRA WANGÃ – ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU – ALTAMIRA – PARÁ

José Carlos Arara

Pediram para que eu escrevesse algo sobre o que temos vivido na Terra Wangã na Volta Grande do Xingu (VGX), Altamira-Pará. Este documento fará parte do Dossiê que está sendo preparado pela Associação Brasileira de Antropologia. Aqui eu expresso alguns desabafos que não são mais novidade para os que acompanham nossa luta com a chegada da usina hidrelétrica Belo Monte. Vou falando cada problema e explicando como cada um atinge nossa comunidade.

Começo mencionando a condicionante da Fundação Nacional do Índio – Funai – (Parecer Técnico 21, de 30 de setembro de 2009), porque cada ponto dela foi explicado para nossa comunidade pela antropóloga que nos acompanha desde a identificação da Terra. Foi-nos passado que o empreendimento era viável desde que algumas condicionantes fossem postas em prática. Quero dizer que para nós, Arara da VGX, não houve o cumprimento de grande parte das condicionantes. Não foram cumpridas.

A mais importante condicionante falava da ação conjunta que deveria ocorrer entre a Polícia Federal, Funai, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Advocacia Geral da União (AGU) e Força Nacional, tudo isso para que as ações de regularização fundiária das Terras Indígenas (TIs), demarcação física

das TIs Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca, fossem realizadas. Não sei os detalhes da situação de Cachoeira Seca, mas a nossa situação está parada, ficamos na fase em que a Portaria Declaratória foi expedida, mas a Funai alega que não tem gente para realizar o serviço na área impactada: fazer o levantamento atualizado das pessoas que estão lá, ver a boa-fé e a má-fé, encaminhar essas pessoas para o Incra e iniciar a abertura das picadas, colocar marcos e o que mais for necessário para concluir essa etapa e termos nossa terra regularizada e homologada. Por fim, dizem não ter previsão e nem gente para fazer isso. O pior é que não aproveitam o impulso de vontade dos ocupantes que querem sair.

O que considero mais crítico é que a desintrusão não foi feita, ainda tem ocupante dentro da Terra. Fui jurado de morte e nunca imaginei na vida que teria minha cabeça a prêmio e muito menos passar por essa situação. Estou na relação de proteção dos Direitos Humanos, mas nada me garante que eu esteja protegido. Venho pouco à cidade e desconfio de todo desconhecido que se aproxima de mim. Por mais estranho que possa parecer, tem ocupante que quer sair de nossa terra, pois dizem que vão ficar ilhados e preferem receber suas indenizações e ir embora. Outros querem permanecer, e por isso fico em perigo, pois muitos ficaram com raiva por termos conseguido provar que somos indígenas e que tínhamos direito à terra ocupada por nossos bisavós desde o século XIX. Meu avô Leôncio Arara teve papel importante nessa conquista, pois foi ele que mostrou à antropóloga quem éramos nós, usando nossa história e costumes passados. Quando falo em perigo me refiro à pessoa que começou o loteamento Napoleão Santos dentro dos limites de nossa terra, que tem muitos comparsas.

Pedimos ajuda à Funai de Brasília, falamos com a Sra. Maria Auxiliadora, com o (então) Presidente Marcio Meira e com a Janete Carvalho, para quem entregamos um documento em mãos solicitando providências, e nada aconteceu. O lado ruim de tudo isso é que a Funai dificulta a regularização da Terra, não se movimenta.

Além da regularização da Terra por que temos batalhado há bastante tempo, temos outro problema: a navegabilidade que ficará prejudicada, assim como a pesca. Falo isso, mas sei que não é novidade para os senhores e senhoras que acompanham o caso. Nossa comunidade não quer ficar somente com uma alternativa, que é fazer a transposição de barco por cima da barragem, a qual está prevista no projeto de construção da usina no trecho do Sítio Pimental. Apontamos outra saída, que é pela estrada do Surubim. Após a travessia do rio Bacajá, tem uma estrada que nos leva até o km 100 da BR 230. Os fazendeiros que se encontram às margens da estrada concordaram que nós a usemos; apenas precisa de alguma melhoria, mas nada que saia tão caro.

Foi feito o Estudo de Impacto Ambiental da BR 230, e este foi aprovado pela Funai de Brasília. A Norte Energia S. A. (NESA) aprovou esse novo caminho apresentado no estudo, mas a Funai de Altamira e e a Funai de Brasília não tomam providências do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) de Brasília para dar andamento ao que foi mostrado por nós como sendo o melhor para a comunidade. O Projeto Básico Ambiental (PBA) do estudo da BR 230 nem nos foi apresentado, nem ouvimos falar dele. Quero dizer que tem três estudos que não andam: regularização de nossa terra, o estudo de impacto ambiental no qual colocamos todos os impactos que estão nos atingindo com a construção da usina hidrelétrica Belo Monte e o estudo de impacto ambiental da BR 230, em que deixamos clara a relação da usina hidrelétrica com a rodovia e a necessidade de utilizarmos um caminho já existente para chegarmos até esta e, assim, termos acessibilidade, direito de ir e vir com facilidade.

Posso dizer também que o Parecer nº 21 do CGMAM/CGPIMA está sendo uma “faca de dois gumes” para as comunidades indígenas. Digo isso porque o Plano Emergencial virou comércio para algumas aldeias; algumas lideranças transformam as mercadorias

em dinheiro; até embarcações foram vendidas. A Funai junto com a NESA dispuseram restaurante com marmitex no valor de R\$ 25,00 para os parentes, chegando a descer para a cidade cerca de 80 pessoas. Os preços são altos e dificultam muito o trabalho de algumas lideranças que pensam em melhorar as aldeias. Funai e NESA globalizaram as pessoas e algumas lideranças.

Em nossa aldeia sempre tivemos problemas com relação à água; mesmo tendo o rio, não temos água de boa qualidade para beber, por isso nossas crianças sempre estão com diarreia. O saneamento básico nunca foi feito pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Deixamos claro no estudo de impacto ambiental da Belo Monte que antes de começarem a construção teriam que realizar obras básicas nas aldeias que evitassem prejuízos ainda maiores. O saneamento básico e a perfuração de poços artesianos foi o que mais pedimos, pois sabíamos que o rio ficaria barrento e que a qualidade da água iria piorar. Isso até hoje não aconteceu, e o canteiro de obras do empreendimento está indo a todo vapor. Para não dizer que nada aconteceu, depois de muita briga, mandaram uma empresa para perfurar um poço artesiano; assim que chegaram a 1.200 metros apareceu água em pouca quantidade, pois bateu na laje. Sabemos que existem lugares na Terra Wangã em que podemos ter água de boa qualidade e com poucos metros perfurados, mas não nos ouvem.

Antes também do empreendimento começar a acontecer, pedimos que nossa aldeia fosse reestruturada, com casas melhores, escola com boas salas de aula, refeitório, cozinha, sala de reunião, sala para computadores, casa para a professora. O mesmo acontece com a saúde. A enfermaria deve fazer parte da reestruturação, e nada foi feito até agora. Nada aconteceu. O máximo que conseguimos foi com a prefeitura de Senador José Porfírio e com a ajuda da NESA, que melhoraram o espaço escolar.

Por não termos visto o atendimento do que havia sido posto

nos estudos que falei e ,principalmente, por as condicionantes não terem seguido o que diz no Parecer é que desconfiamos se o Plano Básico Ambiental Componente Indígena (PBA) vai ser posto em prática de verdade, por isso pedimos nova apresentação, e ainda não aprovamos. As condicionantes deram oportunidade para que as coisas, que deveriam ser postas em prática pelo PBA Belo Monte, atropelassem tudo que havíamos calculado e posto nos estudos. Antes a NESA dava conta de atender a lista de mantimentos criada; hoje solicitamos, e a NESA não dá conta.

Para nós, Arara da Volta Grande do Xingu, que estamos no Trecho de Vazão Reduzida, nossa atividade de pesca terá um fim, e já estamos prevendo isso, mesmo que já houvesse impacto antes, ainda assim dava para viver. Desde o início dissemos que queremos ser indenizados pela perda de água enquanto a barragem durar, e não abrimos mão disso. Em reuniões e em documentos, nós da Terra Wangã deixamos registrado esse nosso pensamento.

Para finalizar quero dizer que nós, Arara da VGX, compartilhamos do entendimento de que falta o respeito com os Povos indígenas em não cumprirem as leis que nos apoiam. Não sabemos para onde foi nossa autonomia, nosso direito de ir e vir, a defesa dos direitos humanos e indígenas com a construção de Belo Monte. A burocracia não dá ouvidos para os pontos críticos que apontamos, como nosso espaço tomado. Antes tínhamos dificuldade, mas que era normal; hoje dormimos preocupados com o que vai acontecer. Nossa vida sem a atividade pesqueira e sem o rio será difícil, até agora não temos garantia de que será amenizado para nós.

Em algumas reuniões já foi dito que nossos direitos foram para o espaço, e o 'grito' foi por água abaixo.

Acrescento neste texto um documento que enviamos ao Ministério Público que acredito ser importante ficar registrado com este desabafo que acabo de fazer.

Altamira, 17 de janeiro de 2012.

AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A comunidade indígena da Aldeia TerrãWangã, da etnia Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, solicita providências em relação às intervenções que a Norte Energia iniciou, em janeiro deste ano, no Rio Xingu, com a construção das ensecadeiras, jogando terra e cascalho no rio. A comunidade indígena está preocupada com a qualidade da água do Rio Xingu, pois não possuímos poço, e utilizamos a água do Xingu para beber e cozinhar. A água já está barrenta e os indígenas já estão ingerindo essa água. As medidas que deveriam ter sido adotadas antes da construção da barragem, não foram tomadas, pois o programa básico ambiental (Programa Médio Xingu) ainda não foi aprovado, e não começou a ser implementado. Diante disso, a comunidade indígena Arara da Volta Grande do Xingu **requer providências urgentes e imediatas para garantir a qualidade da água consumida pela aldeia, por meio do envio de uma equipe para medir a qualidade da água e da construção de poços artesanais, tanto na nossa aldeia, como nas aldeias Paquiçamba e Muratu** (Terra Indígena Paquiçamba), que também estão localizadas na Volta Grande do Xingu, pois nos preocupamos com nossos parentes Juruna, que também não possuem poços e utilizam a água do Xingu. Caso não sejam tomadas providências pelos órgãos competentes, nós, as comunidades indígenas da Volta Grande do Xingu, iremos tomar as providências necessárias para garantir nossos direitos.

José Carlos Arara

JOSÉ CARLOS ARARA
CACTIQUÊ DA ALDEIA TERRÃ-WANGÃ

Luiz Claudio Mata
João de Mendis Arara
Adalton Sarcio Paro

MPF / PRIM-ALTAMIRA
Nº 0014/2012
Em: 17/01/2012

kaiza